A revista *Direito Público* – publicação oficial do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Constitucional (Mestrado e Doutorado Acadêmico) do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) traz aos seus leitores um conjunto de artigos organizados em duas seções: o dossiê temático “Ciências Criminais na Sociedade Contemporânea – volume 2”, sob a coordenação da Professora Doutora Carolina Costa Ferreira, que assina também sua apresentação, e a parte geral, com artigos diversos no campo do Direito Público.

O dossiê especial, uma continuação daquele publicado no nº 89 de 2019 da Revista, procurou problematizar as diversas transformações pelas quais têm passado as ciências criminais, definidas pelo conjunto composto por Criminologias, Políticas Criminais e Direito Penal, além do Processo Penal, abordando temas relevantes para o debate como as alterações legislativas que possam causar impacto em procedimentos criminais, na atuação do sistema de justiça criminal ou na execução penal; a importância da interseccionalidade no debate criminológico crítico; as diversas concepções teóricas sobre as políticas criminais adotadas para a defesa de determinados bens jurídicos; as discussões sistemáticas sobre a adoção de novas formas de condução do processo penal.

Já a parte geral da revista traz do artigo de Juan Francisco Sánchez Barrilao, com o título “El Internet en la Era Trump: Aproximación Constitucional a una Nueva Realidad” em que analisa, desde o Direito Constitucional, o princípio da neutralidade da internet, analisando o impacto que as políticas e a forma de fazer política do Presidente Trump poderia representar a revogação daquele princípio, com a expansão da pós-verdade. Seguindo com os artigos estrangeiros, a revista apresenta o artigo “Crisi Economica e Sistema di Garanzie dei Diritti Sociali nel Contesto Giuridico Europeo”, de Rocco Flacco Junior no qual analisa como a crise que afetou toda a economia global colocou o sistema europeu de integração diante do desafio de representar um ponto de referência válido aos seus cidadãos em um contexto socioeconômico de grande dificuldade e desorientação, tendo em vista que os mecanismos de garantia dos direitos fundamentais, assegurados pelas ordens constitucionais europeias como base para a reconstrução das democracias pluralistas após a Segunda Guerra Mundial, são hoje regidos por regras de integração europeia que priorizam a sustentabilidade econômica.

A parte geral da revista traz também quatro artigos nacionais. O primeiro de Emílio Peluso Neder Meyer, Ana Carolina Rezende Oliveira, Mariana Rezende Oliveira e Raquel Cristina Possolo Gonçalves apresenta o resultado das atividades de pesquisa e extensão junto à Comissão da Verda-

de em Minas Gerais (COVEMG), com o objetivo de investigar a possibilidade de caracterizar como graves violações aos direitos humanos as violências cometidas contra camponeses no período do regime militar por agentes que atuavam compondo milícias privadas a serviço de elites locais, com a conivência dos agentes estatais ou na ausência de atuação estatal. Na sequência, o artigo de José Adercio Leite Sampaio problematiza a autonomia federativa no artigo “Autonomia Federativa Arranhada? A Submissão do Legislador e da Administração Subnacionais à União em Alguns Estados Federais”.

Mariana Dionísio de Andrade e Beatriz de Catro Rosa analisam a postura adotada pelos Tribunais de Justiça brasileiros na esfera cível quanto ao recolhimento de custas para a propositura de reconvenção na contestação, após a adoção do Código de Processo Civil brasileiro de 2015 a partir de uma pesquisa empírica de abordagem qualitativa e quantitativa. O número se encerra com o artigo de Wilson Engelmann e Danielle Webber S. Leal sobre alternativas regulatórias aplicáveis ao campo das nanotecnologias e de que maneira o Direito pode alcançar respostas adequadas frente aos possíveis riscos trazidos por esses avanços tecnológicos.

Com a publicação da presente edição, esperamos que a revista contribua para promover discussões, debates e divulgação de conhecimento científico qualificado.

João Paulo Bachur

Editor-chefe